

o joio e o trigo

Resposta da Funai à reportagem *Banco suíço vende títulos da Petrobras com risco Amazônia* em 11 de Dezembro de 2025

A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) informa que teve seu parecer técnico solicitado em relação ao licenciamento ambiental da atividade de perfuração marítima no Bloco FZA-M-59, na Bacia da Foz do Amazonas. A solicitação se deu em outubro de 2023 pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) no âmbito do processo de licenciamento ambiental.

A Funai se manifestou em resposta à solicitação em dezembro de 2023, por meio de ofício, sugerindo a inclusão de tópicos no Termo de Referência emitido pelo órgão ambiental, para complementação do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental, de forma a avaliar em detalhes os impactos do empreendimento aos povos indígenas localizados no município de Oiapoque (AP), bem como elaborar medidas de caráter preventivo, mitigatório, de controle, corretivo ou compensatório.

A questão indígena, entretanto, não foi recepcionada nos termos da Portaria Interministerial 60/2015. Nesse sentido, não é do conhecimento da Coordenação-Geral de Análise de Impacto Ambiental, responsável pela análise do componente indígena, a existência de procedimento formal de consulta em andamento.

Quanto a solicitações para abordagem das comunidades indígenas, a Funai tem ciência de reunião da Petrobrás em julho com lideranças indígenas para apresentar o projeto, bem como a realização de levantamento de dados primários do meio socioeconômico, com o objetivo de subsidiar a elaboração de Estudos de Impacto Ambiental, através de empresa terceirizada.

Ressalta-se, igualmente, que a legislação brasileira prevê a necessidade de se consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e através de suas instituições representativas, sempre que medidas legislativas ou administrativas possam afetá-los diretamente.